

# AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial

95143 7 2007 DP SC  
Al FGC

... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

## LDO ganha novo calendário de tramitação

Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias tem prazo ampliado até o dia 18 para apresentação de emendas

Jonas Lemos Campos

O relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2009, deputado Renato Hinnig (PMDB), acatou apelo das bancadas e apresentou, dia 9, novo cronograma de tramitação da matéria. Os deputados querem maior tempo para analisar a proposta do Executivo e contemplar, através de emendas, as 118 ações definidas como prioritárias nas audiências públicas do Orçamento Regionalizado.

A LDO tem finalidade de orientar a elaboração dos orçamentos fiscal, que se refere ao orçamento dos Poderes que compõem o Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. Também trata da seguridade social de entidades e órgãos a ela vinculados, da administração estadual direta e indireta, fundos e fundações. A lei orienta ainda os investimentos das estatais.



**Página 8** Comissão de Finanças ganha mais tempo para analisar projeto de origem do Executivo e avaliar inclusão de emendas do Orçamento Regionalizado

### Seminário de Formação Política tem público recorde

Miriam Zomer



Programa foi realizado no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

**Página 5**

Carlos Kilian



Seminário Catarinense Pró-Convivência Familiar marca 18 anos do ECA

### Criado Grupo de Trabalho em SC para situações de risco social

**Página 3**

Comércio e indústria dão apoio a projetos ambientais

**Página 4**

Inflação repercute em plenário

**Página 10**

## OPINIÃO

## Os riscos da inflação

A subida acelerada dos preços dos alimentos foi tema das manchetes dos principais jornais do Estado e do Brasil esta semana. Sabemos que há, sim, motivo de preocupação. As donas de casa de Florianópolis não sabem mais como resolver a falta de dinheiro para comprar a mesma lista de comida que compravam no mês passado.

Nem o feijão com arroz está escapando desta marcha dos preços: aqui na Capital, o feijão preto teve aumento de 15,75%.

Segundo os cálculos do Dieese, a cesta básica representou 62,38% da remuneração do trabalhador que ganha salário mínimo aqui em Florianópolis.

Ao refletir sobre o tema, tenho que questionar onde está aquela promessa do presidente Lula – garantia de comida barata para o trabalhador.

Como anda o programa

Fome Zero do governo federal? Que fim levou?

A explicação é uma só: quando o governo gasta muito, ele incentiva a inflação. O governo diz que está no combate à inflação, mas continua gastando sem limites em investimentos eleitoreiros.

Se o governo cortasse gastos, daria um sinal positivo nesse movimento e alteraria alguma coisa. Essa é a forma clássica de combater a inflação. A inflação se combate com política monetária e política fiscal. Mas vejo que em ano eleitoral fica difícil para o governo federal colocar em prática esta fórmula.

A situação crítica é geral, mas em Florianópolis fica ainda pior, quando se constata a presença da inflação no aluguel, na comida, no combustível. O litro da gasolina e do álcool, por exemplo, é um dos mais elevados do país. E agora até mesmo o arroz e o feijão.

Dados confirmam também que Florianópolis tem o terceiro valor mais alto para as refeições fora de casa entre todas as capitais brasileiras. Perde apenas para Goiânia e Brasília.

Será que teremos que rever o perigo do passado, com a inflação incontida?

Como legislador líder da bancada do PSDB do Legislativo catarinense e representante do povo, sinto-me na obrigação de chamar a atenção para este gravíssimo risco.

Risco de colocar por terra todo o programa de estabilização econômica que teve início no governo Fernando Henrique Cardoso. A sociedade organizada precisa se mobilizar e cobrar medidas concretas antes que seja tarde.

**Deputado Marcos Vieira (PSDB)**

## Julio Garcia reassume comando e vice entra em licença

O deputado Julio Garcia (DEM) reassumiu a presidência da Casa no último dia 9. O primeiro vice-presidente da Casa Legislativa, deputado Clésio Salvaro (PSDB), que estava no exercício da presidência desde o dia 30 de junho, entrou em licença, na manhã do dia 10, por 60 dias, para dedicar-se a sua candidatura às eleições municipais. Seu suplente é o deputado, também tucano, Maurício Peixer, de Joinville, que foi convocado

para assumir o cargo no dia 15, durante a sessão ordinária.

Formado em Administração de Empresas pela FURJ - Fundação Educacional da Região de Joinville (atual Univille), Peixer passou a integrar à vida pública em 1996, quando se candidatou a vereador pelo PMDB. Em abril de 1999, a convite do então prefeito Luiz Henrique, assumiu a Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente. Em 2000, foi eleito vereador com 3.608 votos.

Solon Soares



Deputado Julio Garcia comandou sessão ordinária do dia 10

## União de esforços em favor do Planalto Norte

O Planalto Norte vem experimentando um novo momento para sua gente, nos últimos meses, com a auto-estima valorizada a partir da chegada à região de empresas que anunciam investimentos de grande vulto, respaldadas por importantes ações de governo. Em dezembro assisti uma cerimônia realizada em Canoinhas, testemunhada por centenas de pessoas, quando o governador Luiz Henrique e dirigentes da Aurora firmaram o termo de compromisso para implantação da nova unidade avícola daquele importante grupo cooperativo. Há poucos dias, em Mafrá, a situação repetiu-se com a participação da diretoria da Sadia, um dos maiores grupos privados brasileiros – também com raízes genuinamente catarinenses – que ali irá investir noutra grande unidade do segmento frigorífico.

Além de milhares de postos

diretos, há inúmeras outras ocupações indiretas criadas com um sistema integrador de propriedades rurais e tantas atividades que se beneficiam de uma economia aquecida por investimentos permanentes. A região vai receber mais de R\$ 1 bilhão só nessas modernas plantas industriais que valorizam uma área estratégica com grande facilidade logística e rica em infra-estrutura, a começar por seu fundamental manancial hídrico.

O governo catarinense acentua sua política de incentivo à descentralização, tanto da administração pública como da economia, oferecendo apoio estrutural aos empreendedores e políticas de incentivos expressas no Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (Prodec) e no Pró-emprego. O Estado age com eficiência na legítima representação dos catarinenses, buscando ampliar oportuni-

des com a geração de atividades produtivas, proporcionando a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Neste contexto, o Poder Legislativo também tem importante participação. Além de funcionar como integrador de interesses comunitários, estimulando a aproximação das partes envolvidas, constatamos a materialização de uma série de políticas públicas debatidas em nosso parlamento, transformadas em leis de incentivo.

Quando a região que representa se habilita a receber investimento que irão gerar milhares postos de trabalho e criar um novo pólo de produção de alimentos, percebemos, na prática, como nossa atividade pode ter consequência para a vida das pessoas.

**Deputado Antônio Aguiar (PMDB)**

## [ AGENDA ]

• **Dia 14, 14 horas** - Audiência Pública da Comissão de Turismo e Meio Ambiente: Regulamentação da Lei 14.361, que estabelece a Política de Apoio ao Turismo Rural na Agricultura Familiar de Santa Catarina

**Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright**

• **Dia 15, 14 horas** - Palestra: Gestão do Orçamento Familiar

**Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright**

• **Dias 17, a 19, 9 horas** - IV Encontro Nacional do Fórum de Unidades Comunistas

**Local: Espaço Cultural**

• **Dia 17, 19 horas** - Sessão Solene comemorando os 70 anos da Associação Comercial e Industrial de Jaraguá do Sul

**Local: Associação Comercial e Industrial de Jaraguá do Sul**

## Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**Presidente:** Julio Garcia (DEM)

**1º Vice-Presidente:** Clésio Salvaro (PSDB)

**2º Vice-Presidente:** Ana Paula Lima (PT)

**1º Secretário:** Rogério Mendonça (PMDB)

**2º Secretário:** Valmir Comin (PP)

**3º Secretário:** Dagomar Carneiro (PDT)

**4º Secretário:** Antônio Aguiar (PMDB)

**Assembléia na internet:** <http://www.alesc.sc.gov.br>

**Tiragem:** 8 mil exemplares

**Impressão:** Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

## Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

**Diretora de Comunicação Social:** Lúcia Helena Vieira

**Coordenadora de Imprensa:** Tayana Cardoso de Oliveira

**Edição:** Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo

**Diagramação e Artes:** Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

## CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

[imprensa@alesc.sc.gov.br](mailto:imprensa@alesc.sc.gov.br)

**Chefe de Redação:** Rubens Vargas

**Reportagens:** Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

**Edição de notícias do site:** Andrea Leonora

**Chefe da Fotografia:** Jonas Lemos Campos

**Fotógrafos:** Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Miriam Zomer e Solon Soares

**Relações Institucionais:** Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

**Expedição:** Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Simone M. Alves

## INSTITUCIONAL

# Seminário discute proteção e direitos de crianças e adolescentes

Representantes dos três estados do Sul trocam informações sobre trabalho com grupos em risco social



Carlos Killian

Evento foi promovido pela Comissão de Direitos e Garantias Individuais e Secretaria de Estado da Assistência Social

## Especialistas defendem prevenção da violência

A coordenadora geral de Regulação das Ações da Proteção Social da Secretaria Nacional de Assistência Social, Solange Martins, falou da importância da prevenção de situações de violência. Para que isso realmente aconteça, a secretaria desenvolveu duas ações.

A primeira delas voltada para a prevenção social básica. A segunda destinada a situações que envolvam violações de direitos, cujo centro está nas famílias. "A prevenção social básica é desenvolvida nos municípios enquanto a prevenção social especial acontece nas famílias. Busca o empo-

deramento da família para que desenvolva suas potencialidades e enfrente, mais fortalecida, situações adversas", diferenciou.

O promotor de Justiça Murilo Giácomo, representante do Paraná, focou a sua palestra no reflexo orçamentário. Para ele, recursos devem ser priorizados para as crianças e adolescentes. "Os conselhos municipais de Direito das Crianças e dos Adolescentes têm que cumprir sua missão constitucional, que é deliberar políticas públicas e fazer com que os recursos sejam incluídos no orçamento do município. Não podemos conti-

nuar com leis que ficam no papel. Precisamos que os conselhos ajudem a transformar a vida das crianças e dos adolescentes, e isso não acontecerá sem recursos."

O desencontro entre escolas e pais na educação dos filhos foi destacado pelo representante da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Benedito Santos. Ele defendeu o fortalecimento da relação dos abrigos com os conselhos tutelares. "Isto se dará através constituição de um Grupo de Trabalho catarinense, pois o abrigo com caráter de excepcionalidade é um desafio", defendeu.



Jonas Lemos Campos

Palestrantes destacam papel da família na construção de uma sociedade mais justa e menos vulnerável

### Denise Arruda Bortolon

A troca de experiências sobre o trabalho que vem sendo realizado com as famílias de crianças e adolescentes em risco social abriu, dia 7, os trabalhos do I Seminário Pró-Convivência Familiar e Comunitária.

Organizado pela Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST), em parceria com a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, o encontro realizado no Auditório Antonieta de Barros marcou os 18 anos de implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Na ocasião, foram avaliadas as novas regras para acolhimento de cidadãos desta faixa etária em abrigos. Também foi discutida a importância de se investir na família de origem para assegu-

rar às crianças e adolescentes o direito à convivência familiar e comunitária.

Participaram do seminário representantes e técnicos da área social dos três estados da região Sul e também de outras localidades.

O evento focou as discussões em torno do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária e no papel dos profissionais que atuam na área de assistência social e no Sistema de Garantia de Direitos, como juízes da Infância e Adolescência, representantes do Ministério Público e conselheiros tutelares.

Os especialistas destacaram a necessidade de aprofundar o acompanhamento psicológico e social à família das crianças e adolescentes, procurando meios de reforçar vínculos familiares originais.

## Criado Grupo de Trabalho Catarinense

Experiências bem-sucedidas nas situações de risco social foram apresentadas no dia 8, durante o encerramento do I Seminário Pró-Convivência Familiar e Comunitária. O seminário terminou com a criação de um Grupo de Trabalho (GT) de Santa Catarina, com a participação de representantes da SST, psicólogos e assistentes sociais, além de administrações municipais e da Associação Brasileira Terra dos Homens (ABTH).

No último dia do seminário, um dos destaques foi a palestra da diretora-executiva da ABTH/RJ, Cláudia Cabral. A professora tratou da reintegração da família e do restabelecimento da convivência familiar sadia. Cláudia é coordenadora do Grupo de Trabalho Nacional Pró-convivência Familiar e Comunitária (GT Nacional). Participaram da discussão técnicos que trabalham com

famílias nos serviços de proteção básica e especial executados pelo Poder Público ou organizações não-governamentais, conselhos dos direitos, de assistência e tutelares, psicólogos e assistentes sociais.

### Ação

A implantação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária também foi debatida. O Plano tem 136 ações e enfatiza o papel dos profissionais que atuam na área social. As novas metodologias de trabalho junto às famílias de crianças e adolescentes em risco social, a importância de recolocar essas crianças no convívio da família de origem e as novas regras para acolhimento em abrigos no caso em que isso for necessário foram outros temas apresentados.

## INSTITUCIONAL

# Setores do comércio e da indústria defendem projetos ambientais

Uso de sacolas de plástico biodegradável e destino de embalagens de óleos lubrificantes são matérias em tramitação

## Rose Mary Paz Padilha

Representantes de setores como supermercados e indústrias plásticas de Santa Catarina e do Paraná reuniram-se dia 8 com o presidente em exercício da Assembléia Legislativa, deputado Clésio Salvaro (PSDB), e os deputados Pedro Uczai e Pedro Baldissera (PT), além de representantes da Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), entre outros.

O objetivo da reunião foi discutir três projetos de lei em tramitação na Casa e que tratam da fabricação e utilização de sacolas plásticas biodegradáveis, e da coleta, recolhimento e destino das embalagens de óleos lubrificantes no estado.

Setores representados no encontro querem que preocupação com a preservação ambiental também leve em conta o desenvolvimento da economia catarinense. "As proposições têm impacto direto na economia catarinense e por isso merecem uma discussão mais aprofundada", destacou Henry Quaresma, Diretor de Relações Industriais da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc).

O presidente do Sindicato do Plástico de Santa Catarina, Albano Schmidt, afirmou que a proposta do setor é reduzir o número de sacolas utilizadas pelo comércio, padronizando o material.

Segundo ele, seriam produzidas sacolas mais resistentes, capazes de

transportar até seis quilos de produtos, principalmente alimentos, como já ocorre no Paraná.

A idéia foi aceita pela Associação Catarinense de Supermercadistas (Acats). O presidente, Atanásio dos Santos Neto, afirmou que "é preciso criar uma disciplina única em Santa Catarina que trate das questões ambientais e não várias como existem hoje nos municípios".

O próximo passo será conversar com os deputados autores dos três projetos em discussão. "A idéia é encaminhar esses projetos à Comissão de Meio Ambiente para aprofundar o debate. Uma possibilidade é elaborar um substitutivo global transformando os três projetos em apenas um", afirmou Salvaro.

Jonas Lemos Campos



Representantes de diversos setores da economia foram recebidos no gabinete da Presidência do Legislativo

## Bancada do Vale forma bloco

A bancada do Vale do Itajaí criou um bloco suprapartidário. Em reunião no dia 9, na sala da Presidência da Assembléia Legislativa, os parlamentares discutiram traçaram um plano de ações em prol da região.

O grupo é composto por dez deputados: Jean Kuhlmann (DEM), idealizador da união suprapartidária, Ana Paula Lima (PT), Ivan Naatz (PV), Cezar Cim (PDT), Carlos Hoegen (DEM), Jandir Bellini (PP), Ismael dos Santos (DEM), Jailson Lima (PT) e Rogério Mendonça – Peninha (PMDB), sendo que os dois últimos não participaram da reunião por estarem viajando.

Os deputados do Vale do Itajaí vão se reunir uma vez por mês para eleger cinco temas principais, mas já definiram como prioridades a duplicação da BR-470, o aumento do efetivo da Polícia Militar e a situação do presídio de Blumenau, bem como a prevenção de enchentes.

Da tribuna, Kuhlmann explicou que, em nenhum momento da reunião, foi falado em partido "A comunidade estranha porque mais políticos não fazem isso. Quero ver mais ações neste sentido. Estávamos ali discutindo os problemas da nossa região, cada um com sua

bandeira partidária e suas ideologias políticas", acrescentou.

Com mais de um milhão de habitantes, o Vale do Itajaí responde por 18,5% das riquezas produzidas em território catarinense. Blumenau – responsável por 31% do PIB regional – é a maior cidade da região, com quase 300 mil habitantes.

Para Naatz, este é o momento de se unir para fazer mais pelo Vale. "Conseguimos formar um bancada expressiva", comemorou. Hoegen também concordou com os colegas. "Vamos apoiar obras importantes e transformadoras para a nossa região."

## Propostas introduzem mudanças no dia a dia

De autoria do deputado Gelson Merísio (DEM), o Projeto de Lei (PL) nº 0034/08 trata da coleta, recolhimento e destinação final das embalagens de óleos lubrificantes. Em seu primeiro artigo, a proposição sugere que as embalagens de óleos lubrificantes, em face do alto risco de contaminação do meio ambiente, devem ser devolvidas pelos consumidores aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridas, no prazo de 60 dias, para destinação final adequada.

O mesmo texto prevê que "a reutilização, reciclagem ou destinação final deverá ser processada de forma tecnicamente segura e adequada à saúde e ao meio ambiente, observadas as normas ambientais, especialmente no que se refere ao licenciamento da atividade" e, ainda, que essas embalagens não poderão ser destinadas a aterros sanitários.

Outro projeto, desta vez de autoria do deputado licenciado Onofre Agostini (DEM), que responde pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, "obriga estabelecimentos comerciais a utilizarem material biodegradável ou reutilizável para embalagens de produtos e incentiva estes estabelecimentos a adotarem programas ambientais".

O texto do PL nº 0273/07 sugere a substituição das embalagens plásticas oferecidas atualmente por produtos semelhantes, mas na forma oxi-biodegradáveis e que os estabelecimentos disponibilizem para a venda bolsas, sacolas ou cestas

confeccionadas com material resistente para o uso contínuo. Estes dois projetos já foram votados em primeiro turno e, agora, aguardam nova votação em segundo turno.

A terceira proposição tem como autor o deputado Altair Silva (PP) e visa proibir "a fabricação, distribuição e utilização de sacolas plásticas para o acondicionamento de produtos, quando da comercialização no varejo".

Mais que isso, o PL nº 169/08 obriga as indústrias fabricantes a pesquisar e adotar matérias-primas alternativas não poluentes e não agressivas ao meio ambiente, em substituição aos polímeros de plástico desenvolvidos a partir do polietileno e polipropileno. Para isso, o projeto prevê apoio científico e tecnológico, por parte do governo do Estado, através das secretarias e autarquias pertinentes, na busca de soluções alternativas. Este projeto aguarda parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça.



Merísio: embalagens lubrificantes



Onofre: material biodegradável



Altair: proibição de sacolas

## INSTITUCIONAL

# Seminário de Formação Política é sucesso de público

Promovido pela Escola do Legislativo, encontro teve como público alvo entidades comunitárias, associações, ongs e movimentos sociais

## Verlaine da Silveira

A abertura do Seminário de Formação Política para Lideranças Sociais e Entidades, promovido pela Escola do Legislativo, dia 7, no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, atraiu grande público. Os inscritos lotaram o auditório e outro numeroso grupo pôde acompanhar a cerimônia de um telão instalado na Sala de Comissões.

O presidente da Escola do Legislativo, deputado Joares Ponticelli (PP), abriu o evento, que seguiu nos dias 8 e 9, falando da importância do seminário.

Ele destacou que a Escola do Legislativo está completando oito anos. "Sua criação atende à Consti-

tuição Federal de 1988, que exige que todos os Parlamentos implantem uma escola. A nossa já é a terceira no país em atuação e destaca-se no cenário nacional pelo conjunto de eventos que realiza", enfatizou. Ele informou que as atividades serão ainda mais ampliadas, proporcionando aperfeiçoamento de servidores públicos e também da comunidade.

A aula inaugural sobre "Legislação e Competências Constitucionais e a Função Social dos Três Poderes" coube à advogada Juliana Carla de Freitas do Valle, especialista em Direito Constitucional Contemporâneo pela Universidade de Brasília e assessora jurídica da Câmara dos Deputados.

O seminário se destinou a entidades comunitárias, associações, conselheiros municipais, movimentos sociais, organizações não-governamentais e pessoas interessadas no tema. O objetivo foi propiciar reflexão e ampliação de conhecimentos na formação política de lideranças sociais e comunitárias. Com isso, os participantes puderam ter melhor compreensão das áreas de competência dos órgãos públicos, esclarecendo dúvidas sobre os canais de participação da sociedade na formulação de políticas públicas. Outras realizações semelhantes estão sendo planejadas pela Escola, também tendo a comunidade como público alvo.

## Advogado alerta para falta de políticas públicas

O advogado Cristiano Ferri Soares de Faria ministrou, dia 8, palestra "O Estado, a Sociedade e as Políticas Públicas". Segundo ele, as políticas públicas se baseiam em aspectos determinantes, como a participação política. "A política pública depende basicamente de um problema para que o Estado desenvolva uma ação que resulte numa transformação", disse.

Cristiano Ferri ainda afirmou que os brasileiros, por meio de seus representantes, tendem a atender o calo que dói no momento. "Isso tudo é resultado da falta de política pública. No caso da epidemia da dengue, por exemplo, se o Estado estivesse preparado, nada do que aconteceu teria ocorrido."

### Complexidade

O enfraquecimento do Poder Legislativo Federal também foi criticado pelo palestrante. "As pessoas estão indo no Judiciário requisitando seus deveres porque o Estado não tem dado sustentabilidade ao povo. Estamos vivendo num momento

de complexidade", criticou o advogado.

Cristiano mostrou o funcionamento do Congresso Nacional e as suas atribuições, e explicou detalhadamente as atividades inerentes a deputados e senadores. Uma das indagações que fez ao público presente referiu-se a quais seriam, realmente, as atribuições do Congresso Nacional, que ele mesmo esclareceu.

"Essa atribuições seriam: elaborar leis, fiscalizar os outros poderes, atuar para o equilíbrio entre esses poderes, representar a sociedade brasileira e participar da elaboração do Orçamento." O advogado conclui que, de maneira geral, o Congresso Nacional participa de forma pouco efetiva na elaboração e acompanhamento das políticas públicas.

No dia 9, foi ministrada a palestra "Participação, Democracia e Controle Social", por Dalila Maria Pedrine, doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) e professora de pós-graduação da Universidade de Minas Gerais (UFMG).



Mirian Zomer

Participantes esclarecem dúvidas sobre a competência de órgãos públicos e dos canais de participação popular

## Eleições municipais voltam a ser tema em São Bento

Após o encerramento do Ciclo de Debates sobre Eleições Municipais, realizado pela Escola do Legislativo em 10 cidades, o tema voltou a ser debatido em São Bento do Sul, também por iniciativa da Escola do Legislativo. O encontro esclareceu o que é permitido e o que está vedado pela legislação para o próximo pleito. O evento foi realizado na Câmara de Vereadores e teve um dos maiores públicos, com a participação de 140 pessoas.

O promotor de Justiça, Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes, coordenador geral do Centro de Apoio Cível e Eleitoral do Ministério Público, disse que as diversas medidas tomadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em forma de resolu-



Alberto Neves

Cerca de 140 pessoas participaram do debate realizado na Câmara de Vereadores de São Bento do Sul

ções, têm como objetivo tornar a disputa eleitoral mais igualitária. Ele explicou que as regras anteriores quebravam o princípio da isonomia por conta da desigualdade econô-

mica entre muitos candidatos e que a restrição decorreu do alto custo que tinham as campanhas. Pela nova determinação fica proibida a distribuição de brindes e também

não são permitidos showmícios, comícios e a presença de candidatos em inaugurações.

No evento, a pedagoga da Fundação Catarinense de Educação

Especial (FCEE), Neiva Maria Passos Miguel, e o arquiteto da Assembléia, Cleverson Laroyd, falaram da acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências aos locais públicos.

A iniciativa vem ao encontro de uma ação do Legislativo que pretende tornar o Palácio Barriga Verde no primeiro prédio público totalmente acessível às pessoas com necessidades especiais. Desta ação, decorrente de um acordo com o Ministério Público Estadual, surgiu também um convênio entre Assembléia Legislativa, UFSC e Fundação Catarinense de Educação Especial para que sejam projetadas, em parceria com o curso de Arquitetura, condições de acessibilidade nas áreas externas da Fundação.

## INSTITUCIONAL

# Audiência pública aponta ações contra dependência química

Reunião defende atuação unificada do Poder Público e de segmentos da sociedade na prevenção às drogas

**Denise Arruda Bortolon**

A audiência pública com o tema "Ações propositivas sobre a questão da dependência química em Santa Catarina", realizada dia 10, defendeu a unificação das ações nos mais diversos segmentos e nas três esferas do Poder Público na prevenção e no tratamento de usuários de drogas lícitas e ilícitas. A reunião foi requerida pela deputada Ana Paula Lima (PT) à Comissão de Saúde e realizada no auditório Antonieta de Barros, na Assembléia Legislativa. Os participantes também criticaram o amadorismo na condução do tratamento, embora considerem importante a adesão de voluntários ao trabalho.

Santa Catarina tem 68 comunidades terapêuticas e dois hospitais que tratam de dependentes químicos e outras doenças psíquicas, além de programas desenvolvidos pelas igrejas e pela Polícia Militar.

Ana Paula lembrou que muitas pessoas passam pelo problema, mas que a discussão fica dentro de casa. "É um problema de todos, tem que unificar o discurso para superar essa barreira. As ações são muitas e mesmo assim o número de dependentes continua aumentando", salientou.

A deputada lembrou dos índices que apontaram Florianópolis como a campeã de usuários de crack no país. "O Estado tem que atuar como protagonista na instituição dessas políticas. Precisamos romper com

esta visão arcaica, pois quem de nós não tem um dependente químico em sua família?", questionou.

O deputado Serafim Venzon (PSDB), que é médico, acredita que cabe a todos resolver o problema. "Se deixamos para o governo e a polícia resolver, as drogas vão, em algum momento, entrar em nossas famílias. A consequência vai entrar em nossa casa pelo cruzar dos braços", acrescentou.

O representante da Secretaria de Estado da Saúde (SES), Pio Santos, esclareceu que o trabalho está focado na recuperação e na cura do dependente, deixando a prevenção em segundo plano. "Não conseguimos reverter os números e isto não acontece só aqui, mas em todo o país", lamentou.

A SES tem encaminhado os pacientes para comunidades terapêuticas. "Precisamos diminuir o número de pessoas que chegam às comunidades já viciadas."

O tratamento para adolescentes detidos pelo tráfico preocupa a delegada Sandra Pereira, que representou a Secretaria de Estado da Segurança Pública. "Não sabemos como controlar um adolescente que está preso e passa pela abstinência. Eles entram como cordeirinhos e se transformam em leões", desabafou. "Dos 81 homicídios no ano passado, na Capital, mais de 50 deles tiveram participação de adolescentes, destes, apenas quatro não eram do tráfico", relatou.

Jonas Lemos Campos



Instituto São José tem atividades terapêuticas individuais e em grupo



Requerida pela deputada Ana Paula à Comissão de Saúde, reunião fez diagnóstico da situação em Santa Catarina

## Psiquiatra diz que crack é o câncer das drogas

Impactos do uso de drogas na sociedade foi a palestra ministrada pelo psiquiatra Marcos José Barreto Zaneschi. Ele destacou a notícia da vacina anti-cocaína. Com a vacina, o usuário vai utilizar a droga, mas não vai sentir o seu efeito.

Conforme o psiquiatra, a emoção é que o indivíduo e o caso do usuário de drogas fica claro que ele não tem controle racional sobre ela. "Quanto mais potente for a droga e quanto mais rápido a via de chegada ao cérebro, maior será a dificuldade de barrar o uso. O crack é o câncer das drogas", avisou.

O psiquiatra também falou

sobre o tratamento. "Durante três meses o cérebro pede a droga e vai fazer de tudo para obtê-la. Por este motivo, o dependente precisa sair daquele ambiente para conseguir vencer esse período. Quando a família está em harmonia o tratamento vai bem", avisou.

O impacto familiar foi o tema da palestra da assistente social Jaira Freixiela Adamczyk. Conforme ela, referenciais sólidos ocupam espaços que não deixam as drogas entrar.

Jaira exemplificou situações em família que caracterizam a inversão de valores. "Filho adolescente falando mais alto que o

pai e a mãe significa que alguém deu permissão para isso e que o casal não se respeita. "As vezes dá vontade de mandar o paciente para casa e internar a família", relatou.

Jaira cobrou a efetivação de curso de especialização, extensão e capacitação de profissionais. "Não se constrói uma sociedade preventiva apenas com o voluntariado. Temos pessoas competentes para tal. Chega de amadorismo. Não adianta terceirizarmos isso, o governo tem que mostrar a cara. Temos a família como base, mas não podemos colocar tudo nas mãos dela", observou.

## Mudança no estilo de vida

As pesquisas do Cebrid ainda mostram que, após o tratamento da dependência, as recaídas são frequentes: 50% nos seis primeiros meses e 90% no primeiro ano. Ainda, vale lembrar que se trata de uma doença crônica e que, se avaliada como tal, os resultados da terapia são semelhantes aos de outras enfermidades persistentes, como asma, hipertensão e diabetes.

"Aqui nos Instituto sempre tratamos com a motivação. Buscamos uma mudança no estilo de vida de cada paciente. Um dos fatores mais importantes para o sucesso do tratamento é a motivação, visto que muitos dos pacientes não se consideram doentes", disse Aristeu.

O Instituto São José, em São José, utiliza duas abordagens no tratamento, a psicoterapia e a farmacoterapia. Organizado em área física própria, o Instituto São José é composto por duas unidades: Unidade Jellinek, destinada a pacientes do convênio SUS, e Unidade de Dependência Química para pacientes de outros convênios.

As duas unidades fazem parte do programa de tratamento com atividades terapêuticas individuais e em grupo, que visam conscientizar o paciente de sua dependência, estimular a motivação para o tratamento e a prevenção da recaída. "A família nos ajuda muito no tratamento. Aqui nós estimulamos nossos pacientes a desenvolver ha-

bilidade para enfrentar situações de risco. É a aí que entra a família com o apoio moral", destacou.

Paulo Fontana é um dos pacientes que tratou sua dependência química. Paulo bebeu por quase 25 anos. Nos últimos dois anos de vício, a bebida era amiga freqüente de todos os dias. "No final eu bebia até apagar. Quando acordava não lembrava de nada. Nem sabia como tinha chegado em casa".

Paulo passou 30 dias internado no Instituto São José para tratamento e agora se considera livre. "Este ano completo sete anos de abstinência. Minha família me ajudou muito e aqui eu aprendi o quanto eu sou importante."

## SUS gastou R\$ 4,9 mi com pacientes em 2007

**Graziela May Pereira**

Uma pesquisa do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid), de 2005, aponta que o percentual de dependentes químicos no País é de 22,8% da população de 12 a 65 anos. Um índice que vem aumentando consideravelmente em Santa Catarina.

Atualmente, o Estado atende cerca de 20 mil pacientes por ano. Em 2007, de acordo com dados fornecidos pela Secretaria Estadual de Saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS) gastou com o tratamento para transtornos relacionados ao álcool e outras drogas o montante de R\$ 4,9 milhões.

A dependência química é uma síndrome caracterizada pela perda do controle do uso de determinada substância psicoativa. Alguns exemplos são o álcool, as drogas ilícitas e a nicotina. Segundo especialistas, a dependência química é uma doença, não um desvio de comportamento. A antiga legislação brasileira tratava a dependência química como contravenção e não motivava o dependente químico a obter ajuda. Com o advento da Lei 11.343/06, o dependente passou a ser visto como doente.

### Índices

A dependência é uma das doenças psiquiátricas mais frequentes da atualidade. No caso do cigarro, de 25% a 35% dos adultos dependem da nicotina. Já a prevalência da dependência de álcool no Brasil é de 17,1% entre

os homens e de 5,7% entre as mulheres. O estudo revelou ainda que quase 20% dos entrevistados já haviam experimentado alguma droga que não álcool ou tabaco. Entre elas, destacaram-se a maconha (6,9%), os solventes (5,8%) e a cocaína (2,3%).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) afirma que a dependência química é uma alteração da estrutura e funcionamento normal da pessoa que lhe seja prejudicial. Por definição, como o diabetes ou a pressão alta, a doença da dependência não é culpa do dependente.

Conforme o diretor executivo do Instituto São José, Aristeu Stadler, a dependência é uma doença incurável. "O dependente químico, esteja ou não em recuperação, esteja ou não bebendo ou usando outras drogas, sempre foi e sempre será um dependente. Não existe cura para a dependência." Apesar de ser uma doença incurável, ela é tratável.

Nos últimos 10 anos, houve uma mudança no consumo da cocaína. O número de pacientes que injetam a droga diminuiu ao passo que aumentaram os usuários do crack.

As dependências químicas não têm uma causa única, são geradas por vários fatores. "Sempre há mais de uma causa. Existe, por exemplo, uma predisposição física e emocional para a dependência, própria do indivíduo. O ambiente em que ele vive é muito importante", explicou. Aristeu destacou que o dependente, em geral, tem problemas sociais, familiares, profissionais, emocionais, entre outros.

## Efeitos da doença

- Tolerância: necessidade de aumento da dose para se obter o mesmo efeito;

- Crises de abstinência: ansiedade, irritabilidade, insônia ou tremor quando a dosagem é reduzida ou o consumo é suspenso;

- Ingestão em maiores quantidades ou por maior período do que o desejado pelo indivíduo;

- Desejo persistente ou tentativas fracassadas de diminuir ou

controlar o uso da substância;

- Perda de boa parte do tempo com atividades para obtenção e consumo da substância ou recuperação de seus efeitos;

- Negligência com relação a atividades sociais, ocupacionais e recreativas em benefício da droga;

- Persistência na utilização da substância, apesar de problemas físicos e/ou psíquicos decorrentes do uso.

## COMISSÕES

# LDO ganha novo calendário

Proposta apresentada na Comissão de Finanças estende para o dia 18 prazo para apresentação de emendas

Fotos: Jonas Lemos Campos



Relator da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias, deputado Renato Hinnig atende bancadas e propõe agenda

## Scheila Dziedzic

Para atender a um apelo das bancadas, o deputado Renato Hinnig (PMDB), relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2009), apresentou dia 9, na Comissão de Finanças e Tributação, a proposta de novo calendário para a tramitação da matéria. Agora o prazo para os parlamentares apresentarem emendas será até o próximo dia 18. O prazo para análise do relatório final é dia 23.

Os deputados querem maior tempo para analisar o projeto enviado pelo Executivo e contemplar, através de emendas, as 118 ações que foram definidas como prioritárias nas audiências

públicas do Orçamento Regionalizado, promovidas no mês de junho pela Assembléia Legislativa em parceria com o governo do Estado. Nas audiências foram levantadas as três principais demandas indicadas pelos municípios de abrangência de cada uma das 36 secretarias regionais.

A LDO tem por finalidade orientar a elaboração do orçamento fiscal, que se refere ao orçamento dos Poderes que compõem o Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e da seguridade social (abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração estadual

direta e indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público). A lei ainda orienta os investimentos das empresas estatais.

A proposta da LDO é sintetizar a Lei Orçamentária Anual (LOA) com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidas no Plano Plurianual (PPA), uma programação feita para um período de quatro anos. Somente poderão ser previstas ações no orçamento estadual se estas constarem da LDO, que define, de forma macro, os programas governamentais. Já na LOA estas ações são detalhadas por municípios e com valores, conforme explicou o deputado Renato Hinnig.

## Audiência da Univali vira ato público

Cerca de 80 pessoas aguardaram em vão, dia 4, audiência pública que debateria a situação da Univali devido à demissão de professores e corte de bolsas de pesquisa. O encontro, promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto, por intermédio do vice-presidente da comissão, o deputado Pedro Uczai (PT), e do deputado Sargento Amauri Soares (PDT), aconteceria na Câmara de Vereadores de Itajaí, mas as portas não foram abertas.

Foram inúmeras as tentativas de negociação. Como data, hora e local foram confirmados previamente, os parlamentares presentes asseguraram que a audiência foi boicotada e se mostraram surpresos pela posição dos diretores da Câmara de manter as portas fechadas. Sem alternativa,

a reunião, planejada para ser uma audiência pública, se transformou em um ato público em frente ao Legislativo municipal, para manifestar, além da situação da Univali, o descaso com os participantes que, por algumas vezes, mencionaram estar vivendo como na época da ditadura, sem poder de se expressar.

Entre as autoridades estava o desembargador Lélio Rosa de Andrade, que manifestou sua solidariedade confirmando que recebeu o convite da comissão e por isso compareceu ao encontro. "O tema educação é de interesse de todos. É fundamental buscarmos saber como anda a situação do sistema no estado. Lamentável o que aconteceu, porém sugiro que o Legislativo estadual solicite ao Tribunal de Contas a prestação

de contas do ensino, para que a bandalheira, que insiste em prejudicar a educação em Santa Catarina, possa ter fim", acrescentou.

## Demissões

A demissão de 400 professores e funcionários pela Univali em 2007 e o anúncio de mais 600 demissões neste ano vem preocupando profissionais, alunos e comunidade. Há corte de bolsas de pesquisa, ameaça de fechamento dos campi de São José e Piçarras e suspensão da programação da TV Univali. De acordo com a Associação dos Docentes do Ensino Superior de Santa Catarina, a causa é um suposto déficit de R\$ 50 milhões nas contas da instituição. A situação não foi negada ou confirmada pela reitoria.

## CCJ aprova Dia do Suinocultor

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), aprovou, dia 8, o Projeto de Lei nº 152/08, que institui o Dia do Suinocultor, a ser comemorado anualmente em 24 de julho. De acordo com o autor da matéria, deputado Moacir Sopelsa (PMDB), a suinocultura é a segunda principal atividade catarinense, representando 19% do PIB estadual.

Segundo a proposição, o mercado de suínos no Brasil está concentrado em cinco grandes empresas, todas com matriz em Santa Catarina. "Essa é uma importante homenagem para a categoria que tem destaque e merece reconhecimento", declarou o deputado Narcizo Parisotto (PTB), relator do projeto.

Outros números reforçam a iniciativa de Sopelsa: Santa Catarina possui um rebanho permanente de seis milhões de cabeças, responsável por 25% da produção nacional e 0,7% da produção mundial, colocando o estado como o maior produtor de suínos do país, responsável por 45% das exportações brasileiras de carne suína.

O dia 24 de julho coincide com a data de fundação da Associação Catarinense dos Criadores de Suínos (ACCS), entidade representativa da classe e que no próximo ano

estará completando o seu cinquentenário.

## Tatuagem

Os estabelecimentos que realizam tatuagens e fazem colocação de piercings terão que se adequar às normas da Vigilância Sanitária estadual. Essa é a proposta do Projeto de Lei nº 151/08, da deputada licenciada Ada De Luca (PMDB), que estabelece algumas normas de funcionamento e fiscalização dos chamados gabinetes, locais onde se desenvolve a prática. "O projeto visa regulamentar a forma de colocação dos objetos e conscientizar as pessoas dos riscos existentes", disse o relator da matéria, deputado Gelson Merísio (DEM).

Também sob a relatoria do democrata, foi aprovado na comissão o Projeto de Lei nº 87/08, que autoriza o governo estadual, através da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, a criar o Programa "Santa Catarina Agradece". Pela matéria, serão reservados 3% das moradias populares para empregadas domésticas que comprovarem o exercício da função por, no mínimo, cinco anos. A autoria do projeto é da deputada Odete de Jesus (PRB).



Deputados dão sinal verde a projeto que cria regras para tatuagem

## GERAL

Foto Divulgação: Santina Marafon



Comunidade de São Roque, na Praia Grande, sofre com restrições da legislação ambiental, que impede reforma das casas e construção de uma ponte para facilitar acesso à localidade

# Órgãos federais em SC unificam atuação junto às comunidades quilombolas

Superintendente do Incra fará contato com demais instituições para encurtar caminho na busca de atendimento

## Verlaine Silveira

Uma decisão importante para as comunidades quilombolas de Santa Catarina foi tomada em reunião realizada nesta semana na Assembleia Legislativa por iniciativa do deputado Pedro Uczai (PT).

A partir de agora, os órgãos federais que cuidam de projetos e assistência relativos a essas comunidades no estado terão uma atuação unificada. Para isso, foi escolhido como responsável o superintendente do Incra/SC, João Paulo Strapasson.

Todas as reivindicações, empenhamentos, obras ou auxílios

passarão necessariamente pelo superintendente do Incra, que fará o encaminhamento junto aos demais órgãos.

A unificação foi a principal medida anunciada na reunião realizada no dia 9 no Auditório Deputada Antonieta de Barros, que teve a finalidade de ouvir relatos do Movimento Negro Unificado (MNU) sobre a situação em cada um dos quilombos. Também serviu para que os organismos explicassem os programas assistenciais destinados às comunidades quilombolas.

Na reunião, foram esclarecidas formas de acesso e de integração aos programas específicos para os

quilombolas. Participaram Incra, Iphan, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Funasa, Ibama, Secretaria da Pesca e Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Coordenada por Santina Marafon, assessora parlamentar do gabinete de Uczai, a reunião também definiu – com a aprovação do parlamentar – que, junto com o deputado federal Cláudio Vignatti (PT/SC), será solicitado à Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial (Seppir) que encaminhe as políticas do programa Brasil Quilombola para atender as comunidades certificadas de Santa Catarina.



Jonas Lemos Campos

Reunião rende frutos para quilombolas

## Movimento denuncia situação de abandono

Em todo o país, 24 estados têm comunidades quilombolas, somando mais de 2 mil localidades. Em Santa Catarina há seis certificadas: São Roque (Praia Grande), Valongos (Tijucas), Invernada dos Negros (Campos Novos), Quilombo da Toca (Paulo Lopes), Morro do Fortunado (Garopaba) e Campo dos Poli (Fraiburgo). A comunidade de Aldeia (Garopaba) está em processo de reconhecimento.

Mas a estimativa é que existam mais de 200 locais em Santa Catarina. Há quilombos em regiões de difícil acesso e alguns deles em

áreas definidas pelo Ibama como de preservação permanente.

A situação de abandono em que se encontra grande parte das comunidades é um problema grave, na avaliação das representantes do MNU, Vanda Gomes Pinedo, e Maria de Lourdes Mina, professora do Núcleo de Estudos Sobre Identidade e Relações Interétnicas (NUER), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Elas citam o exemplo daquelas situadas em áreas de preservação, que estão impedidas de plantar, mesmo pela subsistência.

Uma das comunidades, segun-

do Vanda, recebeu computadores do Banco do Brasil e Caixa Econômica, que não podem ser usados porque o Ibama não autorizou a construção de uma sala.

Mesma situação vive o quilombo São Roque, em Praia Grande. Por impedimentos da legislação ambiental, o acesso é a maior dificuldade. Localizada junto aos canions da Serra Geral – Parque Aparados da Serra, a comunidade não pode construir uma ponte para chegar a suas casas. Em muitos quilombos, as moradias com buracos e telhado danificado não podem ser reformadas.

## Saiba mais

**Quilombos** – surgiram como comunidades autônomas de escravos fugitivos. Hoje vivem nos quilombos descendentes desses escravos e de outras raças, como alguns brancos e índios. O mais conhecido e relatado na história do Brasil é o de Palmares, no estado de Alagoas. Seus habitantes são denominados quilombolas, a maioria empobrecida e necessitando de auxílio para poder sobreviver.

**Quilombola** – descendentes de escravos negros cujos antepassados fugiram dos engenhos de cana-de-açúcar, fazendas e pequenas proprie-

dades onde eram escravos.

**Etimologia** – a palavra “quilombo” tem origem nos termos “kilombo” (Quimbundo) ou “ochilombo” (Umbundo), contidos em várias línguas faladas ainda hoje pelos povos Bantus da África Ocidental.

**Constituição de 88** – o artigo 68 deu um novo significado ao termo quilombo. Anteriormente ligado ao conceito histórico de grupos formados por escravos fugitivos, hoje o termo designa uma situação de vida em várias regiões do país, em muitos casos referentes a terras adquiridas por negros libertos.



# Inflação repercute em plenário

Parlamentares democratas e tucanos apresentam os índices que atingem a mesa do consumidor e responsabilizam governo federal. Bancada do Partido dos Trabalhadores contesta dados e garante que crise é mundial

A alta da inflação no país está preocupando grande parte dos parlamentares e tem sido assunto recorrente em plenário nas últimas sessões.

O deputado Marcos Vieira, líder do PSDB reclama uma posição do governo federal. Em suas declarações, afirma que os preços dos alimentos continuam subindo e que trigo, arroz, leite e carne bovina "são os vilões da vez na mesa do consumidor". Lembra que em janeiro a saca de trigo custava R\$ 53 e hoje está em R\$ 105. Com isso, o pão francês subiu mais de 14% e o consumidor de baixa renda é o mais afetado com este quadro inflacionário, justificou.

"Enquanto isso, o governo

federal divulga registros recordes de arrecadação. A Petrobras teve um acréscimo de 68% em seus lucros em relação a 2007, na Eletrobrás foi de 261% e no Banco do Brasil, 66%", falou o parlamentar. Analisando esses Vieira quer que o presidente Lula se justifique.

## Feirão da Inflação

A versão catarinense do protesto contra a inflação promovido pelos Democratas também chegou ao plenário. O chamado "Feirão da Inflação", apresentado pela bancada em coletivas na última semana, está à mostra agora no próprio plenário e tem como

finalidade reunir produtos da cesta básica que tiveram grande alta no Estado.

A capital catarinense é a terceira cidade mais cara do país. Conforme o Dieese, o preço da cesta básica de alimentos em Santa Catarina acumula alta de até 24,80% no primeiro semestre do ano. Nos últimos 12 meses, os aumentos chegam a até 42,01%. "Esses dados ilustram os produtos do Feirão, que tem como objetivo mostrar a realidade ao povo catarinense. O poder de compra da população mais carente está diminuindo; tudo isso devido à ganância do governo", justifica o deputado Jean Kuhlmann (DEM).

Carlos Killian



Observado pelo deputado Pedro Uczai, Kuhlmann exibe índices inflacionários de itens de primeira necessidade

## Empresário da Revista Metrópole fala aos deputados

A pedido das bancadas do PP, PT e PV e do deputado Sargento Amauri Soares, do PDT, o empresário Ivonei da Silva (Nei Silva), dono da revista Metrópole e autor do livro "A descentralização no banco dos réus", apresentou sua versão aos parlamentares, no dia 9, no Plenarinho da Assembleia Legislativa. Silva, que responde processo-crime acusado de extorsão ao governo do Estado, afirma que tinha um acordo financeiro com o Executivo.

Durante mais de duas horas, o dono da revista Metrópole manteve as informações do próprio livro e que chegou a apre-

sentar à Justiça. Segundo ele, os contatos com o governo teriam começado em julho de 2005.

Com base nos dados expostos, o deputado Sílvio Dreveck, líder dos Progressistas na Assembleia, considerou que "não há dúvidas" quanto ao uso inadequado de recursos públicos.

O deputado Pedro Uczai (PT) avaliou que as declarações do empresário Nei Silva deram credibilidade para que investigações sobre os fatos continuem. O parlamentar propôs a criação de uma CPI na Casa Legislativa para esclarecer o assunto, mas obteve apenas 13 das 14 assinaturas ne-

cessárias para sua implantação.

No mesmo dia, em plenário, o líder do governo, deputado Heneus de Nadal (PMDB), lamentou o destaque dado pela oposição ao caso. "Os deputados estão dedicando seu tempo a uma denúncia sem fundamento, enquanto a sociedade sofre as mais diferentes mazelas", destacou.

Num dos discursos mais contundentes do dia, o peemedebista Elizeu Mattos condenou a "inversão de valores" no caso, questionando a credibilidade de "alguém que não poupa recursos para extorquir um governo realizador".

## Petistas isentam Lula

O líder do PT na Assembleia, deputado Pedro Uczai, classificou como ingenuidade ou má-fé a tentativa das bancadas do Democratas e do PSDB de responsabilizar o presidente Lula pelo aumento do preço dos alimentos. Conforme o parlamentar, isso é um fenômeno mundial, que obrigou inclusive a União Européia e os Estados Unidos a aumentarem os juros. Uczai destacou que o aumento dos preços dos alimentos tem causas profundas, num cenário em que desponta o preço do petróleo, com o conseqüente aumento dos fertilizantes e do transporte.

O deputado questionou os parlamentares que compõem a base de sustentação do governo sobre as iniciativas para conter a alta do preço dos alimentos. "Qual é a política agrícola do governo do Estado? Quais são os investimentos que Santa Catarina está fazendo na agricultura?", provocou Uczai.

Também em resposta o deputado Jailson Lima (PT) afirmou que não fosse o governo do presidente Lula a situação estaria bem pior, com inflação mais alta e uma maior privatização. Considera que a avaliação é precipitada e comentou sobre os lucros das estatais. "A Petrobras e outras empresas do governo estão tendo lucros como nunca. Se o governo fosse

do PSDB não teríamos mais essas empresas, que estariam privatizadas como a Vale, garantindo apenas o desenvolvimento do capital em detrimento do país e de setores estratégicos de nossa economia", falou.

O deputado Dirceu Dresch (PT), também em tribuna, assegurou que a inflação está sob controle e apresentou índices comparativos para mostrar que no governo Lula a inflação tem sido muito menor do que no governo anterior. "Durante os oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil acumulou 100,67% de inflação, o que equivale a uma média de 9,9% ao ano. Nos cinco anos do governo Lula, a inflação acumulada no país foi de 33,91%, uma média de 3,71% ao ano. Nosso governo tem mantido a inflação em um patamar bem abaixo da meta, uma coisa que não acontecia no governo passado", lembrou Dresch.

Por sua vez o deputado Padre Pedro teve aprovado requerimento ao Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e secretarias estaduais da Agricultura e da Fazenda. Ele pede uma investigação a respeito de denúncias de formação de cartel no setor de fertilizantes. "Todos praticam preços muito altos e semelhantes, gerando inflação. Em alguns casos, os aumentos chegam a 300%."

Jonas Lemos Campos



Depoimento de Nei Silva foi requerido pelas bancadas do PP, PT e PV

## Parlamento aprova programa "Sim à vida, não às drogas"

Eduardo Guedes de Oliveira



Odete: orientação, apoio psicológico e prevenção

O Projeto de Lei nº 546/07, de autoria da deputada Odete de Jesus (PRB), que institui o programa de atendimento a crianças e adolescentes - "Sim à vida, não às drogas" - foi aprovado na sessão ordinária do dia 8. O programa atende os dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente e entre suas ações estão previstas internações emergenciais para casos agudos de overdose e síndrome de abstinência, tratamento ambulatorial, orientação e apoio psicológico às famílias e ações de prevenção.

Essa proposição seguirá as diretrizes gerais definidas pelo Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, Conselho Estadual de Saúde, secretarias de Estado da Educação e da Saúde. O trabalho será desenvolvido por meio de uma equipe interdisciplinar formada por médicos, psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e advogados. A proposta também segue preceitos de descentralização administrativa e será implantada em conjunto com os municípios. Conforme a autora, o consumo de drogas está relacionado ao aumento de delitos

cometidos por crianças e jovens, bem como pelo agenciamento de menores pelo crime organizado. "Dados sobre o consumo de drogas entre crianças e adolescentes mostram que a questão ainda é vista apenas do ponto de vista do delito, refletindo uma cultura que continua a encarar a droga como um problema de polícia, a ser reprimido, e não de saúde pública e especificamente de saúde mental, a ser tratado", justificou.

### Transporte coletivo

A parlamentar também obteve êxito na aprovação do Projeto

de Lei nº 274/07, que diz respeito à informação sobre aumentos de tarifas nos veículos de transporte coletivo intermunicipal que operam no Estado. O texto da proposição determina que os avisos sejam fixados nos terminais rodoviários, nos estabelecimentos comerciais instalados nos terminais e nos postos de venda de passagens.

O cartaz com as informações deverá ter 30 centímetros de base por 20 centímetros de altura e será afixado com antecedência mínima de sete dias do aumento da tarifa, em local de fácil visibilidade por parte dos usuários. "O projeto vem para atender uma importante demanda da população. As pessoas não podem ser pegadas de surpresa com os aumentos repentinos", disse.

Conforme o relator do projeto, deputado José Natal Pereira (PSDB), a matéria é de extrema importância para a comunidade. "As pessoas não podem ser reféns das empresas e merecem respeito. O prazo de sete dias dará tempo a todos para adequação."

## Lei voltada a deficientes

Foi aprovado também no dia 8 o Projeto de Lei nº 262/07, de autoria do deputado Nilson Gonçalves (PSDB), que cria programas de capacitação de professores e funcionários da Secretaria de Estado da Educação, voltados ao atendimento de estudantes com deficiência visual. Conforme o autor, o objetivo é tentar evitar o êxodo dos portadores dessa deficiência das escolas públicas, dando condições de igualdade para o exercício da cidadania e promovendo a inclusão social.



Gonçalves: programa de capacitação

## Deputado defende Hospital Celso Ramos

O flagrante de uma situação de corrupção dentro do maior hospital público de Florianópolis, o Celso Ramos, onde um médico cobrou R\$ 3,5 mil para fazer dois exames gratuitos, foi repercutido em plenário, dia 9, pelo deputado Serafim Venzon (PSDB).

Ele saiu em defesa da Secretaria Estadual de Saúde, afirmando que um fato isolado não pode manchar a reputação de uma instituição. "Apesar da limitação da Secretaria de Saúde, existe um esforço muito grande nos atendimentos. São mais de mil funcionários e 200 médicos para atender a um grande número de pacientes."

Segundo o parlamentar, só no ano passado o Hospital Celso Ramos atendeu, em sua emergência, 200 mil pessoas. "Isso sem contar os outros 200 mil atendimentos feitos no ambulatório. Há um esforço infindável para a prestação de um bom serviço", disse.

Para melhorar as condições



Venzon: situação isolada

do hospital, Venzon anunciou a realização de uma reunião entre médicos da instituição e representantes da secretaria. O objetivo é definir a compra de equipamentos para o atendimento nas áreas de ortopedia, cirurgia geral e urologia. "A intenção do hospital é melhorar as condições de trabalho da equipe com disponibilidade tecnológica. Vai ser melhor para a instituição e muito melhor para os pacientes", observou.

## [ GABINETES ]

### SEGURANÇA PÚBLICA EM SÃO CARLOS

Em audiência pública realizada pela Assembléia Legislativa dia 10, por meio da Comissão de Segurança Pública, foi discutida a segurança no município de São Carlos e região. A solicitação do debate partiu do presidente da comissão, deputado estadual Dirceu Dresch (PT), a pedido da comunidade, de entidades e do poder público local.

Segundo Dresch, há uma grande preocupação com a segurança no município e nas cidades vizinhas devido à falta de estrutura e de policiais diante do crescimento populacional, principalmente em função da construção de usinas hidrelétricas na região. A sensação de insegurança atinge tanto moradores da cidade como do meio rural. A comunidade denunciou inclusive a inexistência de um delegado que responda pela delegacia da comarca de São Carlos. (Edson Junkes, assessor do deputado Dirceu Dresch)

### ESCOLA DE MULHERES

Um encontro entre professoras voluntárias e alunas da Escola de Mulheres, no dia 4, marcou o encerramento do primeiro semestre letivo da instituição. Na oportunidade, a deputada Odete de Jesus (PRB) proferiu uma palestra sobre a importância do acesso ao ensino e à educação e como o fato pode se desdobrar em grandes benefícios à mulher que deseja e precisa ampliar seus horizontes. Fundada em 1999, a Escola de Mulheres tem se traduzido numa eficaz ferramenta de inserção da mulher que busca cursos de arte e artesanato como forma de melhorar o orçamento da família, a partir da venda de sua produção.

A Escola de Mulheres funciona através de 57 núcleos implantados nas periferias da Grande Florianópolis. Para agosto a Escola deve incrementar suas ofertas, ampliando o número de cursos e vagas. (Marly de Paulla, assessora da deputada Odete de Jesus)

### LUTA PARA AMPLIAR ATUAÇÃO

A Escola 25 de Maio, em Lebon Régis, que integra o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, segue na luta para que seja oficializada a sua ampliação com a criação do ensino médio integrado à educação profissional. O deputado Padre Pedro Baldissera (PT), que apóia a iniciativa, participou de encontro com representantes e alunos, no último dia 4.

O pedido está em tramitação no Conselho Estadual de Educação. A escola atende 300 alunos e a expectativa é ampliar o número de vagas. Por integrar um programa direcionado à reforma agrária, ela atende apenas a alunos vinculados aos assentamentos do MST e do MAB. (Cássio Turra, assessor do deputado Padre Pedro Baldissera)

### DESMONTE DA EPAGRI E DA CIDASC

Depois de realizar um roteiro de visitas por 60 municípios do Oeste catarinense durante o período em que esteve licenciado do Legislativo, o deputado Reno Caramori (PP) constatou o que chama de "verdadeiro desmantelamento" da Epagri e da Cidasc. O deputado traçou um quadro em que vivem as duas empresas, historicamente consideradas dentre as melhores do Sul do país. "As duas empresas sempre prestaram um grande serviço a Santa Catarina. A Epagri, por exemplo, se notabilizou pelas pesquisas e experiências em produtos agropecuários, que nos alimentam; a Cidasc tem a responsabilidade de cuidar da sanidade animal e vegetal. E ambas contam com elementos altamente qualificados", enfatizou.

O deputado informou que as empresas estão sem equipamentos (perfuradoras de poços artesanais, tratores e máquinas, entre outros) e revelou que a Epagri de Caçador teve de fazer convênios com empresas privadas e está vendendo mudas para poder se manter. (Jandyr Côrte Real, assessor da bancada do PP)

## COMUNIDADE

# Programa Consciência Limpa recebe Prêmio Fritz Müller

Programa implantado no Legislativo cria cultura da separação adequada de lixo em servidores, assessores, parlamentares e visitantes

## Graziela May Pereira

O programa Consciência Limpa, da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, conquistou o Prêmio Fritz Müller – categoria Resíduos Urbanos –, concedido pela Fundação do Meio Ambiente (Fatma) a empresas e entidades sediadas no estado que se destacam no controle da poluição gerada em seus processos de trabalho. O Consciência Limpa foi implantado para despertar a preocupação ambiental e estimular servidores, assessores, parlamentares e visitantes do Poder Legislativo a adotar práticas de separação seletiva do lixo.

Além de promover, no Palácio Barriga Verde, o cuidado com a redução dos resíduos produzidos, também permite disponibilizar o lixo de forma adequada para sua reciclagem e reutilização. “São os três Rs da consciência ambiental: reduzir, reciclar e reutilizar, um convite à contribuição de todos para a preservação do Planeta”, afirma Luiz Antônio Fabro, Coordenador de Recursos Materiais da Casa Legislativa, que atuou na implantação do programa. Hoje, o Consciência Limpa também conta com apoio do servidor Manoel José Fabiano, que divide com Fabro a responsabilidade pelo seu desenvolvimento.

A reciclagem de resíduos na Assembleia é determinada pela Resolução 08, proposta pelo ex-deputado Celestino Secco, e aprovada em Plenário em 2006. Já o programa Consciência Limpa, que mobilizou os servidores através de treinamentos, realizados pela Escola do Legislativo, e estabeleceu

metas para sensibilizar a todos a separar o lixo, foi lançado oficialmente em 05 de junho de 2007, Dia Mundial do Meio Ambiente.

Com forte apelo ambiental, o Consciência Limpa criou uma cultura de reciclagem na Casa Legislativa que serve de exemplo para outros órgãos públicos e empresas privadas. Os recursos oriundos da venda dos materiais descartados contemplam, exclusivamente, ações sociais.

A estratégia de implantação focou o comprometimento da direção da Casa, de coordenadores, gerentes e chefes de gabinete que

orientam e fazem avaliações frequentes nos setores da Assembleia Legislativa. “De junho de 2006 a maio de 2007 foram recicladas 46 toneladas de materiais diversos. De junho de 2007 a maio de 2008 foram mais 64 toneladas recicladas. Um aumento de 39%”, destacou.

Fabro ainda afirmou que a Assembleia Legislativa arrecadou mais de R\$ 13 mil com a venda dos materiais. Para comemorar o bom ano, um guia educativo será confeccionado e distribuído aos funcionários e visitantes do Parlamento, além da compra de mais cestas coletoras.

Jonas Lemos Campos



Numa das portas de acesso ao Legislativo, reciclagem é feita nas lixeiras

## Saiba mais

Criado em 15 de abril de 1982, o troféu concedido pela Fatma é uma homenagem ao renomado naturalista alemão Johann Friedrich Theodor Müller, que viveu muitos anos em Blumenau. A iniciativa é um incentivo às empresas públicas e privadas, organizações não-governamentais e prefeituras de todas as regiões do estado que efetivamente tenham dado sua contribuição para a preservação do meio ambiente com projetos e ações que busquem a qualidade de vida do ser humano, interagindo com a natureza de forma sustentável.

Basicamente, são avaliadas questões como atendimento às exigências da legislação

ambiental vigente, otimização do processo produtivo, assegurando os princípios do desenvolvimento sustentável, integração e relacionamento harmonioso com as partes interessadas, como comunidades interna e externa, entidades ambientalistas, órgãos públicos, público consumidor e outros.

Os vencedores são divididos nas seguintes categorias: Área Pública (prefeituras, governo e ONGs), Gestão Ambiental, Áreas de Preservação, Qualidade da Água, Energia Limpa, Resíduos Urbanos, Agricultura Sustentável, Educação Ambiental, Reflorestamento, Personalidade Ambiental. O programa Consciência Limpa foi premiado na categoria Resíduos Urbanos.

A solenidade de entrega dos troféus aos vencedores desta edição do prêmio, em suas diversas categorias, vai acontecer no dia 25 de agosto, em Florianópolis. Na ocasião, será lançado um anuário com a história dos vencedores e as estratégias da Fatma para consolidar parcerias perenes com vistas ao desenvolvimento sustentável em Santa Catarina.



## CRIANÇAS DESAPARECIDAS



PROJEÇÃO



**Launor Baron Medeiros**  
Nascido em 11/02/1962  
Desaparecido em 11/01/1978  
Cidade: Santa Maria – RS



**Graciane da Silva Bandeira**  
Nascida em 02/07/1988  
Desaparecida em 10/10/2005  
Cidade: Paçandu – PR



**Taila Regina O. M. De Moraes**  
Nascido em 02/04/1991  
Desaparecido em 02/04/2006  
Cidade: São Paulo – SP



**Viviane Cantalice Pêgo**  
Nascida em 08/09/1992  
Desaparecida em 28/01/2006  
Cidade: Suzano – SP